

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 58/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
58/2026	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	FELIPE CLAUDIO RIBEIRO DA SILVA NEPOMUCENO	19/05/2026 17:29 (v 0.11)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	246/2026	00059.000021/2026-05

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de desmontagem e montagem de paredes divisórias, lambris, sistemas de isolamento acústico, portas e demais serviços correlatos, bem como reparos em paredes de gesso acartonado (drywall), com fornecimento de materiais, para atendimento às necessidades da Presidência da República, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O objeto da contratação encontra-se detalhado conforme quadro a seguir:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER /CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR
1	1	Serviços de desmontagem e montagem de divisórias e correlatos	15814	Unidade	1	R\$ 1.773.448,50
	2	Materiais destinados à execução dos serviços de desmontagem e montagem de paredes divisórias e correlatos	445977	Unidade	1	R\$ 3.512.539,29
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 5.285.987,79

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. Os serviços objeto da presente contratação são caracterizados como serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra na classificação de bem de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. A contratação é enquadrada como serviço de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra, considerando que sua prestação ocorre de forma recorrente para garantir a adequada manutenção e adaptação dos ambientes institucionais, conforme análise constante do Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e observados os requisitos previstos nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 1.7. A presente contratação adotar^á como regime de execu^{ção} a empreitada por pre^{ço} global.
- 1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que ser^{ão} aplicadas em rela^{ção} à vig^{ência} da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e a definição dos respectivos quantitativos encontram-se detalhadas nos itens 2 e 7 do Estudo Técnico Preliminar, que integra este Termo de Referência como seu apêndice.
- 2.2. A presente contratação tem por finalidade suprir as necessidades de alterações, adaptações e correções nos espaços físicos das edificações sob responsabilidade da Presidência da República, mediante a disponibilização de serviços especializados, com fornecimento de materiais e mão de obra adequados à execução das atividades previstas.
- 2.3. Os serviços descritos no objeto destinam-se a atender às demandas decorrentes de novas instalações e de adequações voltadas à melhoria e à reconfiguração dos ambientes institucionais, tais como alterações de layout de salas e áreas administrativas, bem como a substituição de materiais e componentes que, em razão do uso contínuo e do desgaste natural, apresentem deterioração ou inviabilidade de reparo.
- 2.4. A prestação dos serviços deve ocorrer de forma contínua, de modo a evitar riscos de descontinuidade no atendimento das demandas de desmontagem e montagem de divisórias e demais serviços correlatos, com ou sem fornecimento de materiais. Tais demandas são recorrentes nos diversos setores e unidades da Presidência da República, em razão da necessidade permanente de adequação dos ambientes à dinâmica de ocupação e às demandas institucionais de cada área. Nesse contexto, para assegurar celeridade, segurança e continuidade das atividades administrativas, a instalação de novas divisórias e elementos correlatos deve ocorrer, sempre que necessário, de forma imediata ou concomitante à remoção das estruturas existentes.
- 2.5. A adoção da contratação em grupo único, contemplando os serviços e os materiais necessários à sua execução, mostra-se adequada ao interesse da Administração, uma vez que o gerenciamento centralizado das atividades favorece maior eficiência na gestão contratual, no acompanhamento da execução e na fiscalização dos serviços, além de reduzir riscos de incompatibilidade entre materiais e serviços eventualmente fornecidos por diferentes contratadas.
- 2.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 da Presidência da República, conforme detalhamento a seguir:
 - I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000002/2026;
 - II) Data de publicação no PNCP: 09/05/2025;
 - III) Id do item no PCA: 325;
 - IV) Classe/Grupo: 544 - MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS;
 - V) Identificador da Futura Contratação: 110001-246/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada no item 6 do Estudo Técnico Preliminar, que integra este Termo de Referência como seu apêndice. A solução proposta compreende a prestação de serviços de desmontagem e montagem de paredes divisórias, lambris, sistemas de isolamento acústico, portas e demais serviços correlatos, incluindo a execução de forros, bem como a instalação de paredes em gesso acartonado (drywall), com o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, para atendimento às necessidades da Presidência da República.
- 3.2. Trata-se de serviço comum, de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante procedimento licitatório na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos da legislação vigente.
- 3.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nas hipóteses de execução indireta previstas no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se caracterizando como quaisquer das atividades elencadas em seu art. 3º, cuja terceirização é vedada no âmbito da Administração Pública Federal.
- 3.4. A prestação dos serviços objeto desta contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração contratante, cabendo exclusivamente à empresa contratada a responsabilidade pela gestão, supervisão, direção técnica e remuneração de seus profissionais, vedando-se qualquer relação que possa caracterizar pessoalidade, habitualidade ou subordinação direta entre os trabalhadores da contratada e os agentes da Administração.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Conforme o Estudo Técnico Preliminar, os requisitos da contratação compreendem as condições técnicas, operacionais, ambientais e legais necessárias à adequada execução dos serviços.
- 4.2. A contratada deverá apresentar declaração de que possui aparelhamento, ferramental e pessoal técnico capacitado, adequado e suficiente à execução dos serviços especificados, bem como de que detém pleno conhecimento da complexidade das atividades a serem desenvolvidas e das condições necessárias à execução do objeto, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes da ausência de verificação das condições dos locais de instalação.
- 4.3. A contratada deverá disponibilizar equipes compostas por profissionais qualificados para a execução das atividades previstas, não sendo admitida a execução de serviços em divisórias por equipes formadas exclusivamente por ajudantes, devendo, obrigatoriamente, contar com profissional montador devidamente qualificado.
- 4.4. As divisórias a serem fornecidas e os serviços executados deverão observar o padrão existente nas instalações da Presidência da República e de seus anexos, bem como atender às normas técnicas, procedimentos e códigos aplicáveis, em especial à ABNT NBR 15141:2008, ou à norma técnica que venha a substituí-la.
- 4.5. A contratada deverá manter estoque mínimo de materiais destinados à manutenção de divisórias e produtos correlatos, de modo a evitar descontinuidade na execução dos serviços e assegurar pronta resposta às demandas da Administração.
- 4.6. Os serviços possuem natureza comum e caráter continuado, sendo executados de forma concomitante às atividades institucionais desenvolvidas nas edificações da Presidência da República, razão pela qual deverão ser contratados mediante licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.7. Os serviços enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se caracterizando como atividades cuja execução indireta seja vedada pelo art. 3º do referido decreto.
- 4.8. O licitante deverá apresentar declaração de que possui pleno conhecimento das condições necessárias à execução dos serviços.
- 4.9. Considerando a existência de número suficiente de empresas especializadas no mercado aptas à execução do objeto, não se verifica a necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia ou técnica no âmbito desta contratação.
- 4.10. Por se tratar de serviço continuado executado sob demanda, não se exige plano formal de transição contratual. Recomenda-se, contudo, planejamento interno da Coordenação-Geral de Engenharia – COENGE, com vistas a mitigar demandas durante eventual período de transição entre contratos e reduzir riscos na operacionalização das rotinas de execução.
- 4.11. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que haja previsão no edital e seja comprovada a manutenção da vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.12. As obrigações da contratada e da contratante encontram-se estabelecidas neste Termo de Referência.

Sustentabilidade

- 4.13. Os materiais fornecidos deverão observar critérios de sustentabilidade, atendendo ao disposto no Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, bem como aos requisitos ambientais previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, especialmente quanto à certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, admitindo-se certificações internacionais equivalentes, tais como a FSC – Forest Stewardship Council, quando aplicável.
- 4.14. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços e observar, no que couber, os critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.
- 4.15. A contratada deverá assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos decorrentes da execução dos serviços, em conformidade com a Lei nº 12.305, de 2010, com a Resolução CONAMA nº 307, de 2002, e com a Lei Distrital nº 4.704, de 2011.
- 4.16. A gestão dos resíduos da construção civil deverá observar a classificação estabelecida na Resolução CONAMA nº 307, de 2002, conforme a seguir:
- 4.16.1. Resíduos Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados como agregados, ou destinados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, de modo a permitir sua reutilização ou reciclagem futura.
- 4.16.2. Resíduos Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário que permitam sua posterior reutilização ou reciclagem.
- 4.16.3. Resíduos Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas aplicáveis.
- 4.16.4. Resíduos Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas aplicáveis.

4.17. É vedada a disposição dos resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, encostas, corpos d'água, lotes vagos, áreas protegidas por lei ou quaisquer áreas não licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

4.18. A demanda apresentada neste Termo de Referência está devidamente contemplada no Plano Diretor de Logística Sustentável 2024-2026 da Presidência da República (PLS/PR), elaborado em conformidade com os artigos 7º, 8º e 9º da Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEGES/ME.

4.19. O PLS/PR contempla os seis eixos temáticos estabelecidos pela normativa, com destaque para os seguintes pontos relacionados à demanda:

Eixo 2 - Racionalização da ocupação dos espaços físicos com diretrizes estratégicas de incentivar a implementação de programa de melhoria de desempenho institucional e compartilhamento de espaço;

Eixo 3 – Identificação dos objetos de menor impacto ambiental, com o objetivo de ampliar a aplicação de critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações públicas.

Subcontratação

4.20. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.21. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.22. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.22.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.22.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.22.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.22.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.22.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.23. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela Contratada, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.24. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.25. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.26. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.26.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.27. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.27.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.27.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.27.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada.

4.28. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência da Contratada.

- 4.28.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 4.29. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.30. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.31. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.32. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.32.1. O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.32.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.33. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.33.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.33.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.34. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.34.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a Contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.34.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.34.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.35. A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.36. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.37. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.38. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é medida recomendável para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h.

4.39. A vistoria deverá ser previamente agendada por meio dos telefones: (61) 3411-2715 / 3411-2775.

4.40. Serão disponibilizados datas e horários distintos aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.41. Para a realização da vistoria, o representante legal da empresa ou o responsável técnico deverá estar devidamente identificado, mediante apresentação de documento de identidade civil e de documento expedido pela empresa que comprove sua habilitação para a realização da vistoria.

4.41.1. O prazo para realização da vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.41.2. Por ocasião da vistoria, poderão ser disponibilizadas ao licitante, ou ao seu representante, informações técnicas relativas ao objeto da licitação, em meio digital ou em outro formato compatível, de modo a subsidiar a adequada elaboração da proposta.

4.41.3. O licitante deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.42. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal, assinada por seu responsável técnico, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

4.43. A não realização da vistoria não poderá fundamentar alegações posteriores de desconhecimento das instalações, dúvidas ou omissões quanto a quaisquer detalhes dos locais de prestação dos serviços, devendo a contratada assumir integralmente os ônus decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do instrumento contratual.

5.2. Os serviços serão executados conforme demanda da Administração, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) ou encaminhamento de layout aprovado pela fiscalização, por meio dos canais de comunicação definidos pela gestão contratual.

5.3. A contratada somente poderá iniciar a execução dos serviços após a emissão da respectiva Ordem de Serviço, devidamente autorizada pela fiscalização.

5.4. Excepcionalmente, poderá haver execução de serviços aos sábados, domingos, feriados ou em horários extraordinários, mediante solicitação prévia e formal do gestor do contrato, sem ônus adicional para a Presidência da República.

Local e horário da prestação dos serviços

5.5. Os serviços poderão ser executados, entre outros, nos seguintes locais:

Localidade | Endereço

Palácio do Planalto | Praça dos Três Poderes, Brasília/DF

Anexos do Palácio do Planalto | Praça dos Três Poderes, Brasília/DF

Palácio da Alvorada | Brasília/DF – CEP 70150-000

Palácio do Jaburu | Brasília/DF – CEP 70297-400

Residência Oficial da Granja do Torto | Granja do Torto – Brasília/DF

SEAS | Pavilhão das Metas, Via N1 Leste, s/nº, Praça dos Três Poderes – Brasília/DF

SPR/GSI | Via N2 Leste – Brasília/DF

Materiais a serem disponibilizados

5.6. A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários à execução dos serviços de montagem de forros, paredes de gesso, divisórias e sistemas de isolamento acústico, observando as características e os padrões dos elementos já existentes nas instalações da Presidência da República.

5.7. Para o fornecimento e a instalação dos materiais, deverão ser observados os seguintes prazos máximos:

5.7.1. até 3 (três) dias úteis, para lambris, divisórias de saque frontal melamínico, paredes de gesso e forros;

5.7.2. até 5 (cinco) dias úteis, para divisórias compactas, divisórias de saque frontal em freijó, portas, marcos e bandeiras.

5.8. A contratada deverá manter, nas dependências da Coordenação-Geral de Engenharia da Presidência da República, estoque mínimo de materiais destinados ao atendimento de demandas urgentes.

5.8.1. Considerando a necessidade de atendimento tempestivo às demandas, inclusive em situações emergenciais, caso a empresa não possua sede em Brasília/DF, deverá instalar escritório na referida localidade para viabilizar a adequada prestação dos serviços..

5.9. Os itens e quantitativos a serem mantidos em estoque serão definidos pelo gestor do contrato.

5.10. Os materiais mantidos em estoque não poderão ser faturados antes de sua efetiva aplicação.

5.11. Ao término do contrato, os materiais eventualmente remanescentes em estoque, ainda não faturados, poderão ser pagos, descontado o valor correspondente aos serviços de montagem.

5.12. Nos fornecimentos avulsos de lambris, painéis, portas, forros, paredes de gesso e demais materiais, deverão estar incluídos os custos de montagem e dos elementos estruturais necessários.

5.13. Para as portas, não deverão ser considerados, nos custos de fornecimento, os valores referentes às fechaduras e às molas.

5.14. No caso específico das portas do Palácio do Planalto, não deverá ser considerado o custo dos marcos.

Rotinas a serem cumpridas

5.15. A contratada deverá iniciar, imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço, os serviços de reparos simples, bem como a montagem e desmontagem de divisórias que não envolvam fornecimento de painéis ou lambris.

5.16. A contratada deverá executar todos os serviços complementares necessários ao pleno funcionamento dos ambientes, incluindo arremates, ajustes de acabamento, recolocação de placas de forro removidas durante a execução dos serviços, remoção e reinstalação de cabos de dados e voz eventualmente interferidos, bem como a remoção de entulhos e sobras de materiais.

5.17. Durante a execução dos serviços, os ambientes deverão ser mantidos organizados e desobstruídos, com materiais e ferramentas devidamente acondicionados.

5.18. A utilização de materiais similares aos especificados somente será admitida mediante comprovada indisponibilidade do material originalmente previsto.

5.19. Nessa hipótese, os materiais substitutos deverão ser previamente apresentados à fiscalização para análise e aprovação formal.

5.20. A fiscalização poderá exigir laudo técnico emitido por instituto tecnológico oficial para comprovação da equivalência do material proposto, sendo os respectivos custos de responsabilidade da contratada.

5.21. As divisórias com acabamento em laminado melamínico deverão obedecer aos padrões existentes nas instalações da Presidência da República.

5.22. As divisórias com acabamento em laminado padrão freijó deverão apresentar uniformidade de tonalidade e desenho, observando o padrão existente nas edificações da Presidência da República.

5.23. O sistema de montagem, bem como as alturas dos painéis e dos vidros, deverá seguir o padrão das divisórias atualmente instaladas.

5.24. As folhas de portas e divisórias deverão apresentar acabamento adequado, com cortes regulares e isentos de lascas, rachaduras, diferenças de espessura ou outras imperfeições.

5.25. Antes da execução dos serviços, a contratada deverá realizar a conferência das medidas no local de instalação, verificando eventuais interferências físicas e garantindo a adequada compatibilização com os projetos ou layouts disponibilizados.

5.26. A contratada deverá assegurar que todos os elementos instalados estejam devidamente alinhados, apurados e ajustados, garantindo o correto funcionamento das portas e componentes móveis.

5.27. A madeira empregada deverá estar seca, isenta de nós, cavidades, fendas, infestação por insetos ou quaisquer defeitos que comprometam sua resistência, durabilidade ou aparência.

5.28. Serão recusados elementos que apresentem empenamento, torção, rachaduras, lascas ou imperfeições de fabricação.

5.29. Parafusos, cavilhas e demais elementos de fixação aparentes deverão ser embutidos em relação à superfície da peça, com acabamento por meio de tampões confeccionados em material compatível.

5.30. Caso sejam utilizados pregos, estes deverão ser do tipo sem cabeça, galvanizados e devidamente rebatidos com punção, com posterior preenchimento da cavidade com massa de calafetar adequada.

5.31. Não será admitida a utilização de pregos de ferro preto.

5.32. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como com a legislação vigente relativa à execução de serviços de engenharia.

5.33. A contratada será responsável pela observância das normas de segurança do trabalho e pela adoção das medidas necessárias à proteção de seus empregados, dos usuários das edificações e de terceiros presentes nos locais de execução dos serviços.

5.34. A contratada deverá reparar, refazer ou substituir, às suas expensas, qualquer serviço executado em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou determinações da fiscalização.

5.35. Eventuais omissões, imprecisões ou falhas nas especificações não poderão ser alegadas pela contratada como justificativa para cobrança de serviços adicionais ou alteração dos preços contratados.

5.36. Considera-se que a contratada possui qualificação técnica suficiente para a execução dos serviços, devendo ter incluído em sua proposta todos os elementos necessários à perfeita e completa execução do objeto, ainda que não explicitamente mencionados, mas inerentes à natureza dos serviços.

Atendimento a demandas emergenciais

5.37. Sempre que caracterizada situação emergencial que possa comprometer a segurança das edificações, o funcionamento das atividades institucionais ou a integridade de elementos construtivos, a contratada deverá disponibilizar equipe técnica para avaliação e atendimento da demanda no menor prazo possível, observado o prazo máximo a ser definido pela fiscalização, em função da natureza e da criticidade do serviço.

5.38. Para fins de atendimento emergencial, consideram-se situações que demandem intervenção imediata aquelas relacionadas, entre outras, a riscos estruturais em divisórias, desprendimento de elementos construtivos, comprometimento de sistemas de vedação ou situações que possam gerar risco à integridade física dos usuários das edificações.

Responsabilização por danos ao patrimônio público

5.39. A contratada será responsável por quaisquer danos causados às edificações, instalações, equipamentos, mobiliários ou demais bens pertencentes à Presidência da República ou a terceiros, quando decorrentes de ação, omissão, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados ou prepostos durante a execução dos serviços.

5.40. Verificada a ocorrência de danos ao patrimônio público ou a bens de terceiros, a contratada deverá proceder, às suas expensas, à reparação, substituição ou recomposição dos elementos danificados, no prazo estabelecido pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Compatibilização com sistemas prediais existentes

5.41. A execução dos serviços deverá observar a compatibilização com os sistemas prediais existentes nas edificações, tais como redes de dados e voz, sistemas elétricos, sistemas de climatização, sistemas de segurança e demais instalações técnicas.

5.42. Sempre que a execução dos serviços implicar interferência nesses sistemas, a contratada deverá adotar as medidas necessárias para garantir sua integridade e pleno funcionamento, promovendo, quando necessário, a remoção temporária e a posterior reinstalação de cabos, equipamentos ou componentes afetados.

5.43. Eventuais intervenções em sistemas prediais deverão ser previamente comunicadas à fiscalização e executadas de modo a evitar interrupções indevidas nas atividades institucionais.

5.44. A contratada será responsável pela recomposição integral de quaisquer elementos ou sistemas eventualmente afetados durante a execução dos serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

Fiscalização técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

- 6.20.8. Receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.17.8.1. Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 6.17.8.2. À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto nesta seção.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.2.1. Não produziu os resultados acordados;
 - 7.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

Tabela 1 – Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

Índice de Medição de Resultados (IMR)					
nº	Indicadores	Descrição/Finalidade	Instrumento de Medição	Periodicidade	Pontos (1-20).
1	Tempestividade	Avaliar o prazo de execução das Ordens de Serviço	Encerramento das Ordens de Serviço dentro do prazo previsto	Diária	
2	Eficácia	Avaliar o cumprimento e a conclusão dos serviços executados	Entrega do serviço conforme descrito na Ordem de Serviço	Diária	
3	Eficiência	Avaliar o desempenho da contratada no uso adequado dos recursos disponíveis	Comparação entre o material estimado e o material efetivamente utilizado na execução do serviço	Diária	
4	Presteza	Avaliar a prontidão da empresa na interação com a contratante	Cumprimento dos prazos de resposta estabelecidos em comunicações oficiais e demandas da fiscalização	Diária	
5	Formalidade e cordialidade	Avaliar o comportamento da equipe durante a execução dos serviços	Avaliação do fiscal quanto à identificação funcional, vestimenta adequada, organização e conduta profissional	Diária	

- 7.5. A pontuação total obtida no IMR corresponderá a uma nota entre 0 (zero) e 100 (cem), a qual será utilizada como fator de ajuste do valor a ser pago pelos serviços executados.
- 7.6. O valor do pagamento devido será apurado conforme a seguinte fórmula:
- Pagamento = (Nota ÷ 100) × ValorPrev
- Onde:
- Nota = soma das pontuações obtidas nos indicadores avaliados;
- ValorPrev = valor total previsto na fatura, considerando a execução integral dos serviços.
- 7.7. O descumprimento dos parâmetros estabelecidos no IMR implicará redução proporcional do valor a ser pago, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 7.8. O gestor do contrato comunicará formalmente à contratada o resultado da avaliação dos serviços, especialmente nos casos de aplicação do IMR com redução de pagamento, previamente à emissão da Nota Fiscal ou Fatura.

Recebimento

7.9. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.10. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada, acompanhada da comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.11. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.12. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.13. Para efeito de recebimento provisório, será considerado, para fins de faturamento, o período de um mês.

7.14. Ao final de cada período de faturamento:

7.14.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, proceder à análise do desempenho e da qualidade da prestação dos serviços, em consonância com os indicadores previstos no instrumento convocatório, podendo resultar no redimensionamento dos valores a serem pagos à contratada, com o devido registro em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.15. Considerar-se-á ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, havendo mais de um, com a entrega do último.

7.16. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências identificadas no recebimento provisório.

7.17. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços enquanto houver pendências a serem sanadas no recebimento provisório.

7.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.19. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação aos aspectos técnico e administrativo, bem como os demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.

7.20. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade e da quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, observados os seguintes procedimentos:

7.20.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, bem como às eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.20.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.20.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e na documentação apresentados;

7.20.4. Comunicar a contratada para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.20.5. Encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor apurado pela fiscalização e pela gestão contratual.

7.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

7.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.24. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.25. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.26. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém os elementos necessários e essenciais, tais como:

- I – prazo de validade;
- II – data de emissão;
- III – dados do contrato e do órgão contratante;
- IV – período de execução do contrato;
- V – valor a pagar; e
- VI – destaque dos valores de retenções tributárias cabíveis, quando houver.

7.27. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada adote as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus para a contratante.

7.28. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou apresentação da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.29. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.29.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.29.2. identificar eventual impedimento à participação em licitação ou contratação com o Poder Público.

7.30. Constatada irregularidade no SICAF, a contratada será notificada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou apresentar defesa, admitida prorrogação por igual período, a critério da contratante.

7.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante comunicará aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis.

7.32. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.33. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos poderão ser realizados até decisão final quanto à rescisão contratual.

Prazo de pagamento

7.34. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.35. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.37. Considera-se como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

7.38. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.39. Independentemente do percentual indicado na planilha, quando houver, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.40. A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos tributos abrangidos por esse regime, devendo comprovar tal condição mediante documentação oficial.

Reajuste

7.41. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado (12/02/2026).

7.42. Após o interregno de um ano, os preços serão reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.43. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.44. Na hipótese de atraso ou não divulgação do índice, será utilizada a última variação conhecida, com posterior compensação.

7.45. O reajuste será formalizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 8.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 8.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, quando justificarem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para a infração descrita na alínea “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, complementação ou reposição da garantia;

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato;

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato;

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

8.3. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4. Todas as sanções previstas no contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Antes da aplicação da multa, será assegurado à contratada o direito à defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela contratante à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, especialmente quanto às penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade.

8.8.1. Para garantia do contraditório e da ampla defesa, as notificações poderão ser encaminhadas por meio eletrônico aos endereços informados na proposta comercial ou cadastrados no SICAF.

8.8.2. Os endereços eletrônicos informados serão considerados válidos para fins de comunicação oficial, não cabendo alegação de desconhecimento quanto às comunicações regularmente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções, serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

8.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. Os danos que dela provierem para a contratante;

8.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras normas aplicáveis, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na legislação aplicável (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.11. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato ou para provocar confusão patrimonial, hipótese em que os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, observados o contraditório, a ampla defesa e a análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12. A contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos termos do art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, decorrentes de multas administrativas e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pelo órgão, decorrentes deste ou de outros contratos administrativos, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, considerando grupo único.

9.2. As regras de desempate entre propostas observarão o disposto na Lei nº 14.133, de 2021, e serão detalhadas no edital.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de fornecimento e prestação de serviço associado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.4.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, o interessado deverá comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, possua validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.8. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação de autenticidade no sítio eletrônico oficial.

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, considerada como sua sede, conforme a Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.12. Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo correspondente no registro competente, com averbação no registro onde tem sede a matriz.

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados, além do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente registrado ou compromisso de constituição, com indicação da empresa líder responsável pela representação perante a Administração, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, distrital ou municipal, conforme o caso, pertinente ao ramo de atividade.
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda estadual, distrital ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor.
- 9.22. Caso o fornecedor seja isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda competente.
- 9.23. O microempreendedor individual que pretenda usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
<hr/>	
SG =	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
<hr/>	
LC =	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
<hr/>	

- 9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ao igual (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.
- 9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.
- 9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação técnico-operacional

- 9.33. Comprovação de aptidão para a execução de serviços similares, mediante a apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 9.34. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão referir-se a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.34.1. Execução de serviços de montagem e desmontagem de divisórias, com quantitativo mínimo de 3.000 m².

9.35. A exigência justifica-se pela relevância técnica do objeto e pela necessidade de assegurar capacidade operacional adequada, correspondendo a aproximadamente 40% (quarenta por cento) da metragem total estimada da contratação, em consonância com os §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, que limitam a exigência de atestados a quantitativos mínimos de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto.

9.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.37. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigidos, a qualquer tempo, documentos complementares, tais como cópia do contrato que deu suporte à contratação, indicação do endereço atual do contratante e do local de execução dos serviços, entre outros pertinentes.

9.38. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária do fornecedor, conforme especificado em seu contrato social vigente.

9.39. O fornecedor deverá apresentar declaração de que possui ou instalará escritório em Brasília/DF, devendo comprovar tal condição no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data de início da vigência contratual.

9.40. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução para a língua portuguesa, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.41. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha participado será admitida, desde que atendidos os requisitos previstos no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021, e na regulamentação aplicável.

Disposições gerais sobre habilitação

9.42. Quando admitida a participação, na licitação ou contratação, de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente em tradução livre.

9.43. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, da ata de registro de preços ou de aceite de instrumento equivalente, os documentos exigidos para habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados, nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de norma que venha a substituí-lo, ou, alternativamente, consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.44. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF distintos, salvo nos casos legalmente permitidos.

9.45. Caso o fornecedor seja matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome; caso seja filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os atestados de capacidade técnica e aqueles que, por sua própria natureza, comprovadamente, sejam emitidos apenas em nome da matriz.

9.46. Serão aceitos registros de CNPJ de matriz e filial com divergência nos números dos documentos relativos ao CND e ao CRF/FGTS, quando comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.47. Caso seja admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.47.1. Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, acompanhada das respectivas atas de inscrição e da comprovação de domicílio na localidade da sede da cooperativa, observado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I, e 42, §§ 2º a 6º, da Lei nº 5.764, de 1971;

9.47.2. Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) para cada um dos cooperados indicados;

9.46.3. Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.46.4. Comprovação do registro da cooperativa, nos termos do art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.46.5. Comprovação da integralização das respectivas quotas-partes pelos cooperados que executarão o contrato;

9.46.6. Documentos necessários à comprovação da regularidade jurídica da cooperativa, incluindo:

9.46.6.1. ata de fundação;

9.46.6.2. estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou;

9.46.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a respectiva ata de aprovação;

9.46.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.46.6.5. registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em, no mínimo, três assembleias gerais ou reuniões seccionais;

9.46.6.6. ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

9.46.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 5.285.987,79 (cinco milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e setenta e nove centavos), conforme detalhamento a seguir:

10.1.1. Serviços: R\$ 1.773.448,50 (um milhão, setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), correspondente a 33,55% (trinta e três vírgula cinquenta e cinco por cento) do valor total;

10.1.2. Materiais: R\$ 3.512.539,29 (três milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte e nove centavos), correspondente a 66,45% (sessenta e seis vírgula quarenta e cinco por cento) do valor total.

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Estimada	Média calculada valor unitário MATERIAL das empresas	Média calculada valor unitário SERVIÇO das empresas	Média unitária total calculada (material +serviço)	Total médio geral calculado para valor de MATERIAL	Total médio geral calculado para valor de SERVIÇO	Total médio por item com base na média entre empresas
1	Remação de divisória e lambris	m²	7500	R\$ 26,98	R\$ 37,06	R\$ 64,04	R\$ 202.386,56	R\$ 277.932,19	R\$ 480.318,75
2	Montagem de divisória e lambris (sem fornecimento de materiais)	m²	7500	R\$ 41,05	R\$ 55,72	R\$ 96,76	R\$ 307.852,50	R\$ 417.866,25	R\$ 725.718,75
3	Divisória cega freijó para o Palácio do Planalto incluindo os elementos de montagem	m²	353	R\$ 1.197,78	R\$ 427,91	R\$ 1.625,69	R\$ 422.216,04	R\$ 150.839,69	R\$ 573.055,73
4	Divisória cega melanítica para o Palácio do Planalto incluindo os elementos de montagem	m²	118	R\$ 674,06	R\$ 228,09	R\$ 902,15	R\$ 79.202,58	R\$ 26.800,05	R\$ 106.002,63
5	Paneis de vidro para o Palácio do Planalto incluindo os elementos de montagem	m²	29	R\$ 745,31	R\$ 265,17	R\$ 1.010,48	R\$ 21.427,62	R\$ 7.623,68	R\$ 29.051,30
6	Divisória compacta painel cego Ed Anexo incluindo os elementos de montagem	m²	873	R\$ 854,33	R\$ 304,22	R\$ 1.158,55	R\$ 745.406,96	R\$ 265.430,10	R\$ 1.010.837,06
7	Divisória compacta painel de vidro duplo Ed Anexo incluindo os elementos de montagem e micro persiana para divisória.	m²	141	R\$ 1.128,05	R\$ 418,13	R\$ 1.546,18	R\$ 159.337,74	R\$ 59.060,19	R\$ 218.397,93
8	Divisória compacta painel de vidro simples Ed Anexo incluindo os elementos de montagem.	m²	71	R\$ 508,89	R\$ 196,70	R\$ 705,58	R\$ 36.258,12	R\$ 14.014,63	R\$ 50.272,75
9	Divisória naval cega Bloco "A" incluindo os elementos de montagem.	m²	43	R\$ 343,47	R\$ 117,63	R\$ 461,11	R\$ 14.597,61	R\$ 4.999,46	R\$ 19.597,07
10	Divisória naval com vidro Bloco "A" incluindo os elementos de montagem	m²	21	R\$ 411,88	R\$ 148,09	R\$ 559,97	R\$ 8.752,40	R\$ 3.146,86	R\$ 11.899,26
11	Lambrí - Anexo Palácio	m²	353	R\$ 307,53	R\$ 110,75	R\$ 418,28	R\$ 108.402,60	R\$ 39.040,22	R\$ 147.442,82
12	Lambrí - Palácio Planalto	m²	353	R\$ 483,40	R\$ 172,73	R\$ 656,13	R\$ 170.398,52	R\$ 60.887,31	R\$ 231.285,83
13	Parede de gesso	m²	43	R\$ 178,43	R\$ 63,70	R\$ 242,13	R\$ 7.583,36	R\$ 2.707,27	R\$ 10.290,63
14	Parede de gesso revestida de gesso em apenas uma face	m²	43	R\$ 134,09	R\$ 47,94	R\$ 182,03	R\$ 5.098,92	R\$ 2.037,46	R\$ 7.736,38
15	Porta cega para divisórias compatível com Anexos e "Bloco A"	m²	169	R\$ 940,47	R\$ 361,70	R\$ 1.302,18	R\$ 158.705,09	R\$ 61.036,94	R\$ 219.742,03
16	Porta para divisória do Palácio, incluindo elementos de montagem	m²	169	R\$ 2.799,74	R\$ 1.000,93	R\$ 3.800,68	R\$ 472.456,25	R\$ 168.907,65	R\$ 641.363,91
17	Fechadura La Fonte alavanca CR 6515 (Palcício)	un	8	R\$ 1.042,74	R\$ 371,35	R\$ 1.414,09	R\$ 7.820,53	R\$ 2.785,13	R\$ 10.605,66
18	Fechadura La Fonte tubular 120030-CR	un	59	R\$ 2.382,56	R\$ 822,04	R\$ 3.204,60	R\$ 139.975,22	R\$ 48.294,73	R\$ 188.269,96
19	Forro de gesso, inclusive elementos de fixação	m²	704	R\$ 193,43	R\$ 69,21	R\$ 262,64	R\$ 136.127,12	R\$ 48.707,54	R\$ 184.834,66
20	Mola hidráulica p/ porta, tipo dorma	un	48	R\$ 732,22	R\$ 263,34	R\$ 995,56	R\$ 34.780,31	R\$ 12.508,67	R\$ 47.288,98
21	Forro de PVC, inclusive elementos de fixação	m²	71	R\$ 165,85	R\$ 59,10	R\$ 224,95	R\$ 11.817,16	R\$ 4.210,71	R\$ 16.027,87
22	Septo em gesso	m²	15	R\$ 239,54	R\$ 86,98	R\$ 326,52	R\$ 3.593,06	R\$ 1.304,70	R\$ 4.897,76
23	Reparos simples em divisórias	un	116	R\$ 111,02	R\$ 39,85	R\$ 150,87	R\$ 12.906,64	R\$ 4.632,00	R\$ 17.538,64
24	Dobradica cromada divisória Palácio	cj	23	R\$ 571,00	R\$ 195,60	R\$ 766,60	R\$ 2.439,79	R\$ 935,33	R\$ 3.375,11
25	Dobradica cromada	cj	15	R\$ 162,65	R\$ 62,36	R\$ 225,01	R\$ 2.439,79	R\$ 935,33	R\$ 3.375,11
26	Grapas, conectores e macaquinhos	un	71	R\$ 10,10	R\$ 4,58	R\$ 14,69	R\$ 719,86	R\$ 326,45	R\$ 1.046,31
27	Guia de piso em chapa de aço - cor preta	m	71	R\$ 123,16	R\$ 44,26	R\$ 167,42	R\$ 8.775,32	R\$ 3.153,53	R\$ 11.928,85
28	Guia de teto em alumínio	m	71	R\$ 117,96	R\$ 42,47	R\$ 160,43	R\$ 8.404,54	R\$ 3.025,74	R\$ 11.430,28
29	Guia de teto em chapa de aço - cor preta	m	71	R\$ 131,25	R\$ 47,31	R\$ 178,56	R\$ 9.351,44	R\$ 3.370,61	R\$ 12.722,04
30	Isopor para isolamento	m²	29	R\$ 34,66	R\$ 12,54	R\$ 47,20	R\$ 996,40	R\$ 360,53	R\$ 1.356,93
31	Manta de lã de pet	m²	353	R\$ 75,20	R\$ 27,93	R\$ 103,13	R\$ 26.509,25	R\$ 9.844,95	R\$ 36.354,21
32	Manta de lã de vidro 20 mm 70 kg/m3	m²	353	R\$ 214,09	R\$ 78,13	R\$ 292,22	R\$ 75.463,93	R\$ 27.541,62	R\$ 103.007,55
33	Marco em alumínio	m	71	R\$ 151,65	R\$ 54,87	R\$ 206,52	R\$ 10.805,39	R\$ 3.909,34	R\$ 14.714,73
34	Marco em freijó maciço com 25 cm de largura por 3,5 de espessura	m	15	R\$ 521,89	R\$ 188,66	R\$ 710,56	R\$ 7.828,38	R\$ 2.829,94	R\$ 10.658,33
35	Micro persiana para divisória	m²	71	R\$ 871,59	R\$ 311,26	R\$ 1.182,85	R\$ 62.101,03	R\$ 22.177,21	R\$ 84.278,24
36	Montante em chapa de aço. Item 3.3	m	71	R\$ 83,56	R\$ 30,08	R\$ 113,64	R\$ 5.953,64	R\$ 2.143,03	R\$ 8.096,67
37	Montantes e travessas em alumínio. Item 3.1 - Ed Anexo	m	43	R\$ 152,57	R\$ 57,12	R\$ 209,70	R\$ 6.484,43	R\$ 2.427,60	R\$ 8.912,04
38	Montantes e travessas em alumínio. Item 3.2 - Bloco A	m	29	R\$ 62,98	R\$ 22,84	R\$ 85,82	R\$ 1.810,56	R\$ 656,77	R\$ 2.467,33
39	Rodapé chanfrado em alumínio	m	43	R\$ 102,19	R\$ 36,97	R\$ 139,16	R\$ 4.442,92	R\$ 1.571,38	R\$ 5.914,30
VALOR DO CONTRATO TOTAL MÉDIO ESTIMADO								R\$ 3.512.539,29	R\$ 5.285.987,79

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2026, na Unidade Gestora Secretaria de Administração, número de UG 110001 – SA/PR.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato - Nota de Empenho.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. São obrigações do Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

12.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

12.1.7. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

12.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

12.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 30 dias.

12.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.1.12. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

12.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

12.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

13.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

13.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

13.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;

13.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

13.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

13.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

13.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

13.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

- 13.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 13.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 13.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 13.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 13.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 13.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 13.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 13.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 13.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 13.1.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 13.1.29. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 13.1.30. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 13.1.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 13.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 13.1.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 13.1.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo Contratada relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 13.1.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 13.1.36. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 13.1.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HELAINÉ COUTINHO CARDOSO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 17:27:24.

MARLY TERESA RANGEL LICASSALI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 17:29:41.

FELIPE CLAUDIO RIBEIRO DA SILVA NEPOMUCENO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 17:26:47.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar 39/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 00059.000021/2026-05

2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação tem por finalidade suprir as necessidades de alterações, adaptações e correções nos espaços físicos das edificações da Presidência da República, por meio da disponibilização de materiais e da execução dos serviços especializados de desmontagem e montagem de divisórias e estruturas correlatas.

2.2. Os serviços a serem contratados destinam-se ao atendimento de demandas decorrentes de novas instalações e/ou adequações voltadas à melhoria dos ambientes institucionais, tais como alterações de layout de salas e substituição de materiais existentes que, em razão do desgaste natural, não possam ser objeto de reparo.

2.3. A prestação dos serviços deve ocorrer de forma contínua, considerando o caráter recorrente e imprevisível das demandas de adequação dos espaços físicos, sob pena de comprometimento da funcionalidade dos ambientes e da dinâmica de ocupação das unidades administrativas. Nesse contexto, a contratação visa assegurar o atendimento tempestivo das solicitações de desmontagem e montagem de divisórias e demais serviços correlatos, com ou sem fornecimento de materiais, evitando a descontinuidade dos serviços e garantindo a adequada adaptação dos ambientes às necessidades institucionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COENGE/DIENP/SA/SG/PR	Barneh Pereira da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**4.1. Requisitos gerais**

4.1.1. A contratação enquadra-se como serviço de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que sua prestação ocorre de forma recorrente, com o objetivo de assegurar a adequada manutenção, adaptação e funcionalidade dos ambientes institucionais da Presidência da República.

4.2. Requisitos específicos

4.2.1. A contratada deverá comprovar capacidade técnica e operacional para a execução de serviços de desmontagem, montagem, manutenção e remanejamento de divisórias, portas, cortinas, bem como de forros e paredes em gesso, em características compatíveis com o objeto da contratação.

4.2.2. A contratada deverá apresentar declaração de que dispõe de aparelhamento, ferramental e equipe técnica capacitada, em quantidade e qualidade adequadas, para a execução dos serviços especificados neste Estudo Técnico Preliminar.

4.2.3. A contratada deverá declarar que possui pleno conhecimento das condições e da complexidade dos serviços, bem como das características dos locais de execução, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes de sua omissão na verificação dessas condições.

4.2.4. A contratada deverá disponibilizar equipes de profissionais devidamente qualificados, sendo vedada a execução de serviços exclusivamente por ajudantes, devendo haver, obrigatoriamente, profissional montador habilitado para a realização das atividades.

4.2.5. Os materiais a serem fornecidos e os serviços a serem executados deverão observar o padrão existente nas instalações da Presidência da República e seus anexos, bem como atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente à ABNT NBR 15141:2008, ou outra que venha a substituí-la.

4.2.6. A contratada deverá manter estoque mínimo de materiais necessários à execução dos serviços, especialmente aqueles destinados à manutenção de divisórias e elementos correlatos, de modo a evitar descontinuidade na prestação dos serviços.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O objeto da contratação compreende a execução de serviços de montagem, desmontagem, remanejamento, fornecimento e manutenção de divisórias e elementos correlatos, com respectivos acessórios, a serem realizados nas dependências da Presidência da República.

5.2. No âmbito do levantamento de mercado, foram analisadas as soluções usualmente adotadas pela Administração Pública e pelo setor privado para atendimento de demandas dessa natureza, destacando-se:

I – contratação de empresa especializada para execução dos serviços sob demanda, com fornecimento de materiais;

II – aquisição isolada de materiais (divisórias e acessórios), com posterior contratação de serviços de instalação;

III – execução dos serviços por equipe própria da Administração.

5.3. A alternativa de aquisição isolada de materiais, dissociada da prestação dos serviços de instalação, mostra-se inadequada, tendo em vista a necessidade de integração entre fornecimento e execução, bem como o risco de incompatibilidades técnicas e de aumento de custos operacionais decorrentes da fragmentação da contratação.

5.4. A execução dos serviços por equipe própria da Administração revela-se inviável, considerando a inexistência de estrutura técnica especializada, bem como os custos associados à formação, manutenção e gestão de equipe permanente para atendimento de demandas variáveis e imprevisíveis.

5.5. Diante disso, a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços sob demanda, com fornecimento de materiais, de forma integrada, permitindo maior eficiência operacional, padronização dos serviços e melhor gestão contratual.

5.6. Ademais, não foram identificadas, no mercado, novas metodologias, tecnologias ou inovações relevantes que justifiquem a adoção de modelo distinto daquele tradicionalmente utilizado para esse tipo de contratação, mantendo-se atual e adequada a solução proposta.

5.7. Ressalta-se que a modelagem adotada guarda consonância com contratações anteriores realizadas no âmbito da Presidência da República, a exemplo do Processo SEI nº 00059.000333/2020-15, sem prejuízo da atualização das condições contratuais às disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução recomendada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para execução de serviços de montagem, desmontagem, remanejamento, manutenção e fornecimento de divisórias e elementos correlatos, sob demanda, nas dependências da Presidência da República.

6.2. A solução adotada permite a realização de alterações de layout de forma integrada, contemplando tanto o fornecimento de materiais quanto a execução dos serviços, assegurando a padronização dos ambientes institucionais, inclusive quanto a cores, tonalidades e especificações técnicas já existentes.

6.3. Os serviços deverão ser executados de forma tempestiva, com observância dos padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos pela Administração, garantindo a continuidade das atividades institucionais e a adequada adaptação dos ambientes.

6.4. Para a adequada execução da solução, a contratada deverá:

I – manter preposto responsável pela interlocução com a Administração, recebimento de ordens de serviço e adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento contratual;

II – dispor de supervisão técnica qualificada, composta por profissionais com formação na área de arquitetura ou engenharia civil, responsáveis pelo planejamento, coordenação e acompanhamento da execução dos serviços, incluindo estimativas de prazo, alocação de equipes e verificação das condições de execução;

III – disponibilizar equipe técnica especializada e devidamente habilitada para a execução das atividades previstas;

IV – considerar, na formação de sua proposta, todos os insumos, complementações e acessórios necessários à plena execução dos serviços, ainda que não expressamente detalhados, mas inerentes ao objeto;

V – observar integralmente os critérios de qualidade e as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, sujeitando-se à aplicação de sanções em caso de descumprimento, sem prejuízo da obrigação de refazimento dos serviços rejeitados;

VI – empregar técnicas, materiais e equipamentos adequados à natureza dos serviços;

VII – fornecer e exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

VIII – disponibilizar meios de transporte adequados para deslocamento de equipes e materiais entre as edificações do complexo da Presidência da República;

IX – possuir capacidade técnica e operacional para início imediato da execução contratual, de modo a evitar descontinuidade dos serviços.

6.5. Quanto aos materiais a serem empregados, deverão ser observadas, dentre outras, as seguintes condições:

I – os materiais deverão atender às especificações técnicas e aos padrões existentes na Presidência da República, especialmente quanto a acabamento, tonalidade e desenho dos laminados;

II – a utilização de materiais similares somente será admitida mediante justificativa técnica e prévia aprovação da Administração, podendo ser exigida a apresentação de laudos técnicos para comprovação de equivalência, às expensas da contratada;

III – os sistemas de montagem e as dimensões dos elementos deverão observar os padrões já adotados nas instalações existentes;

IV – os componentes deverão apresentar qualidade adequada, sem defeitos de fabricação, tais como fissuras, lascas, deformações ou irregularidades;

V – os materiais empregados, especialmente madeira e derivados, deverão apresentar condições adequadas de durabilidade, resistência e acabamento, isentos de imperfeições que comprometam sua utilização.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa dos quantitativos a serem contratados foi elaborada com base no histórico de consumo dos contratos anteriores, considerando a execução contratual dos últimos 5 (cinco) anos, conforme registros constantes no Termo de Referência e nos documentos do Processo nº 00059.00033 /2020-15, incluindo as atualizações promovidas por meio de apostilamento.

7.2. A metodologia adotada fundamenta-se na análise do consumo efetivo dos itens ao longo do período mencionado, de modo a refletir a demanda real da Administração e assegurar maior precisão na estimativa dos quantitativos.

7.3. Verificou-se, a partir da análise histórica, elevado nível de utilização dos quantitativos previstos no contrato vigente, bem como a necessidade de celebração de termo aditivo para ampliação do objeto, o que evidencia a tendência de crescimento e a recorrência das demandas relacionadas ao objeto da contratação.

7.4. Considerando, ainda, que o modelo de execução contratual prevê o pagamento apenas dos materiais efetivamente utilizados e dos serviços efetivamente prestados, optou-se por adotar quantitativos estimados com margem de segurança, a fim de evitar insuficiência contratual durante a vigência.

7.5. Nesse contexto, foi proposto o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos quantitativos atualmente contratados, como forma de compatibilizar a estimativa com o comportamento da demanda observado nos exercícios anteriores e reduzir a necessidade de aditivos contratuais.

7.6. Memória de cálculo resumida

7.6.1. A estimativa dos quantitativos foi baseada no histórico de consumo registrado ao longo dos últimos 5 (cinco) anos de execução contratual, considerando os dados consolidados de Ordens de Serviço emitidas e efetivamente executadas no período.

7.6.2. Para fins de apuração, foram considerados:

I – o quantitativo total de serviços executados por tipo de intervenção (montagem, desmontagem, remanejamento e manutenção de divisórias e elementos correlatos);

II – o consumo de materiais associado à execução dos serviços, conforme registros de medição e faturamento;

III – a frequência das demandas por unidade administrativa, evidenciando o caráter recorrente e distribuído das solicitações;

IV – a evolução anual da demanda, com identificação de tendência de crescimento na necessidade de adequação de layouts institucionais.

7.6.3. A análise dos dados históricos demonstrou que os quantitativos inicialmente previstos no contrato vigente foram integralmente consumidos antes do término da vigência, sendo necessária a formalização de termo aditivo para sua ampliação.

7.6.4. Com base nessa evidência, adotou-se como parâmetro a média de consumo anual verificada no período analisado, projetando-se a demanda para a nova contratação, acrescida de margem de segurança.

7.6.5. A margem de acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) foi definida com o objetivo de:

I – acomodar variações sazonais e incrementos na demanda institucional;

II – evitar a insuficiência de quantitativos durante a execução contratual;

III – reduzir a necessidade de celebração de aditivos contratuais;

IV – assegurar maior flexibilidade operacional à Administração.

7.6.6. Ressalta-se que, em razão do modelo de contratação por demanda, os pagamentos estarão vinculados exclusivamente aos serviços efetivamente executados e aos materiais efetivamente utilizados, não havendo obrigatoriedade de consumo integral dos quantitativos estimados.

Tabela: Materiais a serem disponibilizados

Item	Descrição	Unidade	Quant. estimada
1	Remoção de divisórias e lambris	m²	7500
2	Montagem de divisórias e lambris (sem fornecimento de materiais)	m²	7500
3	Divisória cega padrão freijó – Palácio do Planalto, incluindo elementos de montagem	m²	353
4	Divisória cega melamínica – Palácio do Planalto, incluindo elementos de montagem	m²	118
5	Painéis de vidro padrão Palácio do Planalto, incluindo elementos de montagem	m²	29
6	Divisória compacta (painel) – Edifícios Anexos, incluindo elementos de montagem	m²	873
7	Divisória compacta com vidro duplo – Edifícios Anexos, incluindo elementos de montagem e micro persiana	m²	141
8	Divisória compacta com vidro simples – Edifícios Anexos, incluindo elementos de montagem	m²	71
9	Divisória naval cega – Bloco A, incluindo elementos de montagem	m²	43
10	Divisória naval com vidro – Bloco A, incluindo elementos de montagem. Paredes divisórias piso-teto em painéis contraplacados em MDF (4 mm), com miolo celular tipo colmeia, bordas em madeira maciça, revestimento melamínico texturizado de alta pressão (cor ovo fosco), módulos de 50 e 90 cm, espessura de 35 mm e altura aproximada de 2,60 m. Estrutura com guias, montantes, travessas e rodapés em alumínio, com previsão para instalações elétricas. Parte envidraçada em vidro cristal de 4 mm	m²	21
11	Lambri padrão Edifícios Anexos	m²	353
12	Lambri padrão Palácio do Planalto, com isolamento acústico em lã de vidro (20 mm, 70 kg/m³), fixação por sistema de engate e acabamentos superiores e inferiores em madeira maciça	m²	353
13	Parede de gesso acartonado	m²	43
14	Parede de gesso acartonado com revestimento em apenas uma face, incluindo isolamento acústico em lã de vidro (espessura mínima de 40 mm)	m²	43
15	Porta cega para divisórias – padrão Anexos e Bloco A	m²	169
16	Porta para divisórias – padrão Palácio do Planalto, incluindo elementos de montagem	m²	169
17	Fechadura tipo alavanca La Fonte CR 6515 (padrão Palácio)	un	8
18	Fechadura tubular La Fonte 120030-CR	un	59
19	Ferro de gesso, incluindo elementos de fixação	m²	704
20	Mola hidráulica para porta, tipo Dorma	un	48
21	Ferro de PVC, incluindo elementos de fixação	m²	71
22	Septo em gesso acartonado	m²	15
23	Reparos simples em divisórias, incluindo disponibilização de equipe composta por montador/marceneiro e ajudante, com ferramental completo, para execução de serviços de baixa complexidade em até meio turno de trabalho	un	116
24	Dobradiça cromada para divisórias – padrão Palácio do Planalto	conj	23
25	Dobradiça cromada para divisórias	conj	15
26	Grapas, conectores e macaquinhos	un	71
27	Guia de piso em chapa de aço (cor preta)	m	71

28	Guia de teto em alumínio	m	71
29	Guia de teto em chapa de aço (cor preta)	m	71
30	Placa de isopor para isolamento	m²	29
31	Manta de lã de PET para isolamento acústico	m²	353
32	Manta de lã de vidro (20 mm, 70 kg/m³)	m²	353
33	Marco em alumínio	m	71
34	Marco em madeira maciça tipo freijó (25 cm x 3,5 cm)	m	15
35	Micro persiana para divisórias	m²	71
36	Montante em chapa de aço	m	71
37	Montantes e travessas em alumínio – padrão Edifícios Anexos	m	43
38	Montantes e travessas em alumínio – padrão Bloco A	m	29
39	Rodapé chanfrado em alumínio	m	43

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.285.987,79

8.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 5.285.987,79 (cinco milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e setenta e nove centavos), assim distribuído:

8.1.1. Serviços: R\$ 1.773.448,50 (um milhão, setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), correspondente a 33,55% do valor total;

8.1.2. Materiais: R\$ 3.512.539,29 (três milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte e nove centavos), correspondente a 66,45% do valor total.

8.2. A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado, considerando, sempre que possível, contratações similares realizadas pela Administração Pública, bem como os valores praticados no contrato vigente (Processo SEI nº 00059.00033/2020-15), devidamente atualizados por apostilamentos e reajustes contratuais. Foram também considerados os quantitativos estimados a partir do histórico de consumo dos últimos exercícios, acrescidos de margem de segurança para atendimento da demanda futura, além da composição dos custos de materiais e serviços necessários à execução do objeto. A metodologia adotada buscou assegurar a compatibilidade dos preços estimados com os valores de mercado, em conformidade com os princípios da economicidade e da vantajosidade para a Administração.

Tabela: Materiais a serem disponibilizados com estimativa de valores

Item	Descrição	Unid.	Quant. estim.	Média do valor unitário de material das empresas	Média do valor unitário de serviço das empresas	Média total do valor unitário (material + serviço)	Total médio geral calculado para material	Total médio geral calculado para serviço	Total médio por item (base: média entre empresas)
1	Remoção de divisórias e lambris	m²	7500	R\$ 26,98	R\$ 37,06	R\$ 64,04	R\$ 202.386,56	R\$ 277.932,19	R\$ 480.318,75
2	Montagem de divisórias e lambris (sem fornecimento de materiais)	m²	7500	R\$ 41,05	R\$ 55,72	R\$ 96,76	R\$ 307.852,50	R\$ 417.866,25	R\$ 725.718,75
3	Divisória cega padrão freijó – Palácio do Planalto, incluindo elementos de montagem	m²	353	R\$ 1.197,78	R\$ 427,91	R\$ 1.625,69	R\$ 422.216,04	R\$ 150.839,69	R\$ 573.055,73
4	Divisória cega melamínica – Palácio do Planalto, incluindo elementos de montagem	m²	118	R\$ 674,06	R\$ 228,09	R\$ 902,15	R\$ 79.202,58	R\$ 26.800,05	R\$ 106.002,63
5	Painéis de vidro padrão Palácio do Planalto, incluindo elementos de montagem	m²	29	R\$ 745,31	R\$ 265,17	R\$ 1.010,48	R\$ 21.427,62	R\$ 7.623,68	R\$ 29.051,30

6	Divisória compacta (painel) – Edifícios Anexos, incluindo elementos de montagem	m²	873	R\$ 854,33	R\$ 304,22	R\$ 1.158,55	R\$ 745.406,96	R\$ 265.430,10	R\$ 1.010.837,06
7	Divisória compacta com vidro duplo – Edifícios Anexos, incluindo elementos de montagem e micro persiana	m²	141	R\$ 1.128,05	R\$ 418,13	R\$ 1.546,18	R\$ 159.337,74	R\$ 59.060,19	R\$ 218.397,93
8	Divisória compacta com vidro simples – Edifícios Anexos, incluindo elementos de montagem	m²	71	R\$ 508,89	R\$ 196,70	R\$ 705,58	R\$ 36.258,12	R\$ 14.014,63	R\$ 50.272,75
9	Divisória naval cega – Bloco A, incluindo elementos de montagem	m²	43	R\$ 343,47	R\$ 117,63	R\$ 461,11	R\$ 14.597,61	R\$ 4.999,46	R\$ 19.597,07
10	Divisória naval com vidro – Bloco A, incluindo elementos de montagem. Paredes divisórias piso-teto em painéis contraplacados em MDF (4 mm), com miolo celular tipo colmeia, bordas em madeira maciça, revestimento melamínico texturizado de alta pressão (cor ovo fosco), módulos de 50 e 90 cm, espessura de 35 mm e altura aproximada de 2,60 m. Estrutura com guias, montantes, travessas e rodapés em alumínio, com previsão para instalações elétricas. Parte envidraçada em vidro cristal de 4 mm	m²	21	R\$ 411,88	R\$ 148,09	R\$ 559,97	R\$ 8.752,40	R\$ 3.146,86	R\$ 11.899,26
11	Lambri padrão Edifícios Anexos	m²	353	R\$ 307,53	R\$ 110,75	R\$ 418,28	R\$ 108.402,60	R\$ 39.040,22	R\$ 147.442,82
12	Lambri padrão Palácio do Planalto, com isolamento acústico em lâ de vidro (20 mm, 70 kg/m³), fixação por sistema de engate e acabamentos superiores e inferiores em madeira maciça	m²	353	R\$ 483,40	R\$ 172,73	R\$ 656,13	R\$ 170.398,52	R\$ 60.887,31	R\$ 231.285,83
13	Parede de gesso acartonado	m²	43	R\$ 178,43	R\$ 63,70	R\$ 242,13	R\$ 7.583,36	R\$ 2.707,27	R\$ 10.290,63
14	Parede de gesso acartonado com revestimento em apenas uma face, incluindo isolamento acústico em lâ de vidro	m²	43	R\$ 134,09	R\$ 47,94	R\$ 182,03	R\$ 5.698,92	R\$ 2.037,46	R\$ 7.736,38

	(espessura mínima de 40 mm)								
15	Porta cega para divisórias – padrão Anexos e Bloco A	m²	169	R\$ 940,47	R\$ 361,70	R\$ 1.302,18	R\$ 158.705,09	R\$ 61.036,94	R\$ 219.742,03
16	Porta para divisórias – padrão Palácio do Planalto, incluindo elementos de montagem	m²	169	R\$ 2.799,74	R\$ 1.000,93	R\$ 3.800,68	R\$ 472.456,25	R\$ 168.907,65	R\$ 641.363,91
17	Fechadura tipo alavanca La Fonte CR 6515 (padrão Palácio)	un	8	R\$ 1.042,74	R\$ 371,35	R\$ 1.414,09	R\$ 7.820,53	R\$ 2.785,13	R\$ 10.605,66
18	Fechadura tubular La Fonte 120030-CR	un	59	R\$ 2.382,56	R\$ 822,04	R\$ 3.204,60	R\$ 139.975,22	R\$ 48.294,73	R\$ 188.269,96
19	Forro de gesso, incluindo elementos de fixação	m²	704	R\$ 193,43	R\$ 69,21	R\$ 262,64	R\$ 136.127,12	R\$ 48.707,54	R\$ 184.834,66
20	Mola hidráulica para porta, tipo Dorma	un	48	R\$ 732,22	R\$ 263,34	R\$ 995,56	R\$ 34.780,31	R\$ 12.508,67	R\$ 47.288,98
21	Forro de PVC, incluindo elementos de fixação	m²	71	R\$ 165,85	R\$ 59,10	R\$ 224,95	R\$ 11.817,16	R\$ 4.210,71	R\$ 16.027,87
22	Septo em gesso acartonado	m²	15	R\$ 239,54	R\$ 86,98	R\$ 326,52	R\$ 3.593,06	R\$ 1.304,70	R\$ 4.897,76
23	Reparos simples em divisórias, incluindo disponibilização de equipe composta por montador/marceneiro e ajudante, com ferramental completo, para execução de serviços de baixa complexidade em até meio turno de trabalho	un	116	R\$ 111,02	R\$ 39,85	R\$ 150,87	R\$ 12.906,64	R\$ 4.632,00	R\$ 17.538,64
24	Dobradiça cromada para divisórias – padrão Palácio do Planalto	conj	23	R\$ 571,00	R\$ 195,60	R\$ 766,60	R\$ 12.847,51	R\$ 4.401,04	R\$ 17.248,56
25	Dobradiça cromada para divisórias	conj	15	R\$ 162,65	R\$ 62,36	R\$ 225,01	R\$ 2.439,79	R\$ 935,33	R\$ 3.375,11
26	Grapas, conectores e macaquinhos	un	71	R\$ 10,10	R\$ 4,58	R\$ 14,69	R\$ 719,86	R\$ 326,45	R\$ 1.046,31
27	Guia de piso em chapa de aço (cor preta)	m	71	R\$ 123,16	R\$ 44,26	R\$ 167,42	R\$ 8.775,32	R\$ 3.153,53	R\$ 11.928,85
28	Guia de teto em alumínio	m	71	R\$ 117,96	R\$ 42,47	R\$ 160,43	R\$ 8.404,54	R\$ 3.025,74	R\$ 11.430,28
29	Guia de teto em chapa de aço (cor preta)	m	71	R\$ 131,25	R\$ 47,31	R\$ 178,56	R\$ 9.351,44	R\$ 3.370,61	R\$ 12.722,04
30	Placa de isopor para isolamento	m²	29	R\$ 34,66	R\$ 12,54	R\$ 47,20	R\$ 996,40	R\$ 360,53	R\$ 1.356,93
31	Manta de lã de PET para isolamento acústico	m²	353	R\$ 75,20	R\$ 27,93	R\$ 103,13	R\$ 26.509,25	R\$ 9.844,95	R\$ 36.354,21
32	Manta de lã de vidro (20 mm, 70 kg/m³)	m²	353	R\$ 214,09	R\$ 78,13	R\$ 292,22	R\$ 75.465,93	R\$ 27.541,62	R\$ 103.007,55
33	Marco em alumínio	m	71	R\$ 151,65	R\$ 54,87	R\$ 206,52	R\$ 10.805,39	R\$ 3.909,34	R\$ 14.714,73
34	Marco em madeira maciça tipo freijó (25 cm x 3,5 cm)	m	15	R\$ 521,89	R\$ 188,66	R\$ 710,56	R\$ 7.828,38	R\$ 2.829,94	R\$ 10.658,33

35	Micro persiana para divisórias	m²	71	R\$ 871,59	R\$ 311,26	R\$ 1.182,85	R\$ 62.101,03	R\$ 22.177,21	R\$ 84.278,24
36	Montante em chapa de aço	m	71	R\$ 83,56	R\$ 30,08	R\$ 113,64	R\$ 5.953,64	R\$ 2.143,03	R\$ 8.096,67
37	Montantes e travessas em alumínio – padrão Edifícios Anexos	m	43	R\$ 152,57	R\$ 57,12	R\$ 209,70	R\$ 6.484,43	R\$ 2.427,60	R\$ 8.912,04
38	Montantes e travessas em alumínio – padrão Bloco A	m	29	R\$ 62,98	R\$ 22,84	R\$ 85,82	R\$ 1.810,56	R\$ 656,77	R\$ 2.467,33
39	Rodapé chanfrado em alumínio	m	43	R\$ 102,19	R\$ 36,97	R\$ 139,16	R\$ 4.342,92	R\$ 1.571,38	R\$ 5.914,30
							R\$ 3.512.539,29	R\$ 1.773.448,50	R\$ 5.285.987,79

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1. O objeto da contratação possui natureza indivisível, uma vez que consiste na prestação integrada de serviços de adequação de ambientes, por meio da instalação, remanejamento e manutenção de divisórias e elementos correlatos, com fornecimento de materiais.
- 9.2. A contratação em lote único justifica-se pela necessidade de gerenciamento centralizado dos serviços e do fornecimento de materiais, o que favorece a eficiência na fiscalização e na gestão contratual. Ademais, os itens que compõem o objeto apresentam elevado grau de interdependência, de modo que sua execução de forma dissociada pode comprometer a qualidade final dos serviços e a funcionalidade dos ambientes.
- 9.3. A execução por múltiplos contratados poderia acarretar incompatibilidades técnicas, prejuízos à padronização dos materiais — especialmente quanto a cores, tonalidades e acabamentos — e risco de perda de garantia dos produtos, caso a instalação não seja realizada de forma adequada e integrada.
- 9.4. Ressalta-se, ainda, que, após a execução dos serviços, há necessidade de imediata adequação e identificação dos ambientes, com utilização de materiais compatíveis com os já instalados, o que reforça a necessidade de uniformidade técnica e operacional, mais facilmente assegurada por meio de um único contratado.
- 9.5. O agrupamento em item único também contribui para a obtenção de economia de escala, uma vez que possibilita à contratada otimizar sua logística de atendimento e diluir custos indiretos, especialmente aqueles relacionados ao deslocamento de equipes, transporte de materiais e mobilização de recursos, tornando a contratação mais vantajosa para a Administração.
- 9.6. Nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133, de 2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas à ampliação da competitividade. Contudo, o § 3º do referido artigo admite a não adoção do parcelamento quando este não for recomendável, especialmente nos casos em que a divisão do objeto possa acarretar prejuízo ao conjunto da solução ou comprometer sua adequada execução.
- 9.7. No caso em análise, a adoção do parcelamento não se mostra tecnicamente viável nem economicamente vantajosa, tendo em vista a natureza integrada dos serviços, a necessidade de padronização dos materiais e a interdependência entre as etapas de execução, circunstâncias que se enquadram nas hipóteses legais de inviabilidade de parcelamento previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- 10.1. A presente contratação refere-se à continuidade dos serviços atualmente prestados, conforme registrado no Processo SEI nº 00059.000333/2020-15, não se tratando, portanto, de demanda inédita, mas de manutenção de solução já consolidada no âmbito da Administração.
- 10.2. Os serviços de montagem, desmontagem, remanejamento e manutenção de divisórias possuem relação direta com outras contratações vigentes no âmbito da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia, caracterizando-se como serviços correlatos e, em determinadas situações, interdependentes, na medida em que atuam de forma complementar na adequação e manutenção dos ambientes institucionais.
- 10.3. Nesse contexto, destacam-se as seguintes contratações correlatas:
- I – serviços de manutenção predial – Processo SEI/PR nº 00059.000944/2024-97;
 - II – serviços de manutenção elétrica e eletromecânica – Processo SEI/PR nº 00140.000211/2025-12;
 - III – serviços de monitoramento e controle da qualidade do ar – Processo SEI/PR nº 00059.001012/2025-42.

10.4. A interdependência entre tais contratações decorre do fato de que intervenções em layout, por meio da instalação ou remanejamento de divisórias, podem demandar adequações simultâneas em sistemas elétricos, de climatização e de infraestrutura predial, exigindo planejamento integrado e atuação coordenada entre os contratos.

10.5. Ressalta-se, contudo, que, embora correlatos, os objetos dessas contratações são distintos e possuem escopos próprios, não havendo sobreposição de responsabilidades, mas sim complementaridade entre as atividades, de modo a assegurar o pleno funcionamento e a adequação dos ambientes da Presidência da República.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está alinhada às diretrizes institucionais da Secretaria de Administração da Presidência da República, que atua como unidade provedora de soluções para o atendimento das demandas técnicas e administrativas dos órgãos que a integram, assegurando a prestação de serviços com qualidade, tempestividade, economicidade e adequação às necessidades institucionais.

11.2. A contratação contribui diretamente para a manutenção da infraestrutura física e para a adequada organização dos ambientes de trabalho, viabilizando a adaptação contínua dos espaços às dinâmicas organizacionais e operacionais da Presidência da República.

11.3. Ademais, a presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) para o exercício de 2026, conforme Documento de Formalização da Demanda nº 29/2026, evidenciando sua aderência ao planejamento estratégico e orçamentário da Administração.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A Presidência da República caracteriza-se por elevada dinamicidade institucional, em razão das constantes alterações de natureza política, administrativa e organizacional, que impactam diretamente a distribuição e alocação de servidores no Palácio do Planalto e em seus edifícios anexos. Nesse contexto, a contratação de serviços de montagem, desmontagem e remanejamento de divisórias apresenta-se como solução adequada para viabilizar a adaptação contínua dos ambientes às necessidades institucionais.

12.2. A utilização de estruturas modulares e de fácil montagem e desmontagem proporciona maior flexibilidade na organização dos espaços, permitindo a rápida reconfiguração dos ambientes de trabalho, com redução de impactos nas atividades administrativas e sem necessidade de interrupção significativa das rotinas dos servidores.

12.3. Dentre os principais benefícios decorrentes da contratação, destacam-se:

I – maior agilidade na adequação dos ambientes às demandas organizacionais;

II – otimização do uso dos espaços físicos disponíveis;

III – melhoria na organização e setorização dos ambientes de trabalho;

IV – incremento das condições de conforto acústico e privacidade;

V – estímulo à comunicação e à colaboração entre as equipes;

VI – padronização estética e funcional dos ambientes institucionais;

VII – redução de impactos operacionais durante intervenções físicas nos espaços.

12.4. A execução dos serviços deverá observar padrões elevados de qualidade, segurança e desempenho, compatíveis com os requisitos adotados pela Presidência da República, contribuindo para a durabilidade das soluções implementadas e para a adequada conservação das instalações.

12.5. Para o alcance dos resultados pretendidos, a contratada deverá dispor de capacidade técnica e operacional compatível com a complexidade do objeto, incluindo equipe especializada, supervisão técnica qualificada e estrutura adequada para atendimento tempestivo das demandas, de modo a assegurar a continuidade dos serviços e a eficiência na execução contratual.

12.6. No que se refere aos materiais a serem empregados, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I – utilização de materiais compatíveis com os padrões existentes na Presidência da República, especialmente quanto a acabamento, tonalidade e especificações técnicas;

II – adoção de sistemas construtivos que assegurem a padronização das estruturas e a compatibilidade com os ambientes já implantados;

III – emprego de materiais de qualidade, isentos de defeitos que comprometam sua durabilidade, resistência ou acabamento;

IV – utilização de materiais similares somente mediante comprovação de equivalência técnica e prévia autorização da Administração, podendo ser exigida a apresentação de laudos técnicos emitidos por instituição oficial, às expensas da contratada.

12.7. Dessa forma, a contratação contribuirá para a melhoria contínua da infraestrutura física da Presidência da República, assegurando maior eficiência na gestão dos espaços institucionais e suporte adequado às atividades administrativas e finalísticas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Considerando a atual estrutura da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia, não se identificam necessidades de adequações significativas no ambiente organizacional para a execução do objeto.

13.2. Os servidores da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia já possuem capacitação adequada para a condução das atividades relacionadas à contratação, o que pode ser evidenciado pela experiência acumulada na gestão de contratos vigentes de natureza semelhante.

13.3. Não há necessidade de transição contratual, de modo que o início da execução dos serviços deverá ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato, garantindo a continuidade das atividades e evitando descompassos na prestação dos serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os materiais a serem fornecidos deverão observar os critérios e práticas de sustentabilidade previstos no Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, bem como na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, especialmente quanto à exigência de atendimento a requisitos ambientais para certificação por organismos competentes, como o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). Serão igualmente aceitas certificações de reconhecimento internacional, a exemplo do FSC – Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal).

14.2. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, observando, no que couber, os critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que dispõe sobre critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas.

14.3. A contratada será responsável pela adequada gestão e destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, em conformidade com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), com a Resolução CONAMA nº 307, de 2002, e com a Lei Distrital nº 4.704, de 2011.

14.4. A destinação dos resíduos da construção civil deverá observar a seguinte classificação:

I – Resíduos Classe A: reutilizáveis ou recicláveis como agregados, devendo ser reutilizados, reciclados ou destinados a aterros de resíduos da construção civil, de forma a possibilitar sua futura utilização;

II – Resíduos Classe B: recicláveis para outras destinações, devendo ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário devidamente licenciadas;

III – Resíduos Classe C: para os quais não existam tecnologias ou aplicações economicamente viáveis de reciclagem ou recuperação, devendo ser armazenados, transportados e destinados conforme normas técnicas específicas;

IV – Resíduos Classe D: resíduos perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde, devendo receber destinação adequada, conforme normas técnicas e legislação específica aplicável.

14.5. É vedada, em qualquer hipótese, a disposição de resíduos em locais inadequados, tais como aterros de resíduos domiciliares, encostas, corpos d'água, lotes vagos, áreas protegidas por lei ou quaisquer áreas não licenciadas pelos órgãos competentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Com base no Estudo Técnico Preliminar realizado, a Equipe de Planejamento da Contratação conclui pela viabilidade e pela necessidade da presente contratação, considerando sua adequação às demandas institucionais e sua relevância para o pleno atendimento das atribuições da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia da Presidência da República.

15.2. A solução proposta mostra-se técnica e economicamente viável, uma vez que se fundamenta em metodologia já adotada pela Administração, com resultados satisfatórios, não tendo sido identificadas alternativas mais vantajosas no levantamento de mercado realizado.

15.3. Ademais, a contratação revela-se imprescindível para assegurar a continuidade dos serviços de adequação e reconfiguração de ambientes, garantindo a funcionalidade, a padronização e a adequada utilização dos espaços institucionais, em consonância com a dinâmica organizacional da Presidência da República.

15.4. A presente contratação encontra respaldo no Processo SEI nº 00059.000021/2026-05, no Documento de Formalização da Demanda nº 7270010 e na Portaria nº 10/2026, que instituíram a equipe de planejamento responsável pela elaboração deste estudo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE CLAUDIO RIBEIRO DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 12:48:30.

HELAINÉ COUTINHO CARDOSO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 19/03/2026 às 15:19:46.

MARLY TERESA RANGEL LICASSALI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 19/03/2026 às 16:23:47.